Confraternização de Final de Ano

ADCPII
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DO COLÉGIO PEDRO II

convida

Sarau
#EuDefendoOCPII

Dia: 11 de dezembro de 2016

Das 15h às 19h

Local: CPII - Campus Tijuca

Rua São Francisco Xavier, 204/208 - Tijuca

Maiores informações e inscrições:

a partir de 21/11 até 08/12 na sede da ADCPII ou por telefone (2580-0783)

E se você tem algum talento, inscreva-se para apresentação:

de canto, dança, declamação de poesias, instrumentos entre outros.

Estaremos recebendo doações para as ocupações do CPII.

BOLETIM IMPRESSO ADCPII

ADCPII
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DO COLÉGIO PEDRO II

Campo de São Cristóvão 177—Térreo— São Cristóvão, RJ - CEP: 21920-440
Tels.: (21) 2580-0783 / 3860-1194
www.adcpii.com.br / E-mail: secretaria@adcpii.com.br

Boletim da Associação de Docentes do Colégio Pedro II - Novembro / 2016

Editorial

O Colégio Pedro II fundamenta sua proposta pedagógica na compreensão de que é papel da escola "estar voltada para a formação de um ser humano crítico e autocrítico, pautado em princípios éticos, de valorização da dignidade e dos direitos humanos, bem como de respeito às diferenças individuais e socioculturais, capaz de mobilizar-se por aspirações justas visando ao bem comum."*

Alunos que se inserem neste contexto não poderiam estar agindo de outra forma, senão lutando contra o retrocesso e autoritarismo que grassa no ataque às conquistas históricas da nossa democracia. O que vivenciam aqui - seu senso de pertencimento, claramente definido e percebido por todos, sua identificação com o que a escola representa, sua capacidade de empatia e competência social - se reflete nas lutas e tarefas que assumem, neste momento de mobilização intensa contra o desmantelamento de áreas fundamentais da sociedade brasileira.

Os meios de comunicação fazem opção por não se deterem nos movimentos de ocupação estudantil que se estendem por todo o país, beneficiando a desinformação sobre sua legitimidade e a criminalização dos mesmos. Por isso, ressaltamos que, cotidianamente, vivenciamos e nos emocionamos com a energia advinda da luta dos nossos alunos; sua capacidade de organização política autogestionada se traduz nas atividades que promovem em todos os Campi ocupados. No mês de novembro, tivemos no Colégio Pedro II: cinedebate sobre Intolerância Social e roda de conversa com o escritor Chacal sobre a Poesia Marginal dos anos 70 (Niterói), palestra sobre Currículos: disputas desafios na contemporaneidade e conversa sobre a MP da reforma do Ensino Médio (Realengo), conversa com a estudante Ana Julia do Paraná e dia temático sobre Astronomia (Humaitá), aula de Matemática e Sarau Cultural (Centro), o cantor Pedro Luís e Festival Amanhecer contra a PEC 55 (Engenho Novo), debate sobre Movimentos Sociais e roda de conversa sobre relações étnicas e de gênero (Tijuca), teatro debate com apresentação da peça "Um homem sem importância" e debate sobre a PEC 55 e escola sem partido (São Cristóvão) e oficina do Teatro do Oprimido e dia da Consciência Negra (Caxias).

Desta forma amadurecida e competente lutam os alunos brasileiros; estamos juntos nesta empreitada pela derrubada das medidas ditatoriais do governo federal: a PEC 55 que prevê o CONGELAMENTO das despesas - com educação pública, saúde pública, o salário mínimo, etc. – incluindo o veto à realização de concursos públicos, à criação de novos cargos e à contratação de pessoal; a reforma do Ensino Médio (que retira do currículo as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física) e o projeto denominado Escola sem Partido (que propõe um ensino instrutor que forme pessoas sem capacidade de reflexão crítica).

Os alunos do Colégio Pedro II aprendem que defender o silêncio é bastante perigoso. E reafirmamos que, respaldados constitucionalmente (art. 5, IV, VII,CF 88), no exercício dos direitos de liberdade de expressão e de reunião, pressionemos para que sejam derrotadas as pautas que ameaçam nosso presente e nosso futuro.

** BRASIL/MEC/INEP. Colégio Pedro II: projeto político pedagógico, Brasília, Inep, 2002.*

COLÉGIO PEDRO II

179 anos de educação pública de qualidade

Ato-show em Defesa do CP2

LUTA E AMOR pelo CPII!

- Por uma Escola **SEM** mordaça e **COM** pensamento crítico!
- Contra a ***Deforma*** do Ensino Médio!
- Contra o congelamento do orçamento para saúde e educação (**PEC 55**)!

Venha comemorar conosco o **aniversário do CPII**!!
Dia 2/12, sexta-feira, às 16h.
Local: Teatro Mário Lago, campus São Cristóvão.

#EuDefendoOCPII

"Por isso **SEM TEMER** foi sempre o nosso lema"

A MP cria a 'Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral', para incentivar a expansão da modalidade, jogando a responsabilidade nas próprias unidades de ensino. Mas ao deixar em aberto a possibilidade de que esses recursos sejam destinados à educação privada percebe-se o risco de se aprofundar as diferenças entre escolas mantidas pelos âmbitos federal, estadual, municipal e pelo setor privado. É possível perceber na MP uma série de iniciativas que podem acarretar, no futuro, uma onda de privatizações do Ensino Médio, tornando-o ainda mais excludente.

A formação dos docentes passa a ser relativizada/desqualificada, já que pessoas sem formação pedagógica, mas com "notório saber" poderão atuar. Um desdobramento disso pode ser a figura do professor polivalente, no qual um professor, de qualquer matéria, subjetivamente considerado habilitado, pode ser obrigado a lecionar várias disciplinas, aumentando a precarização, legalizando o desvio de função e aumentando a intensidade do trabalho docente, com sérios prejuízos para a qualidade de ensino.

O PL 6.840/2013, também sobre Reforma do Ensino Médio, que tramita no Congresso há três anos, é defendido por alguns como alternativa à MP do Executivo. Ocorre que, segundo a análise do próprio relator desse PL, Dep. Wilson Filho (PTB/PB), 95% do conteúdo do PL está contemplado na MP 746...

"Precisamos nos apropriar do conteúdo do que está colocado e defender uma proposta alternativa de projeto político educacional para o país."

VAMOS DEBATER O ASSUNTO!

Calendário de tramitação da MP 746/2016 no Congresso

Data	Evento	Observações
22/09/2016	Envio da MP 746 ao Congresso, em regime de urgência.	----------
23/09/2016	Publicação no Diário Oficial da União – Início do prazo para propostas de emendas .	Foram apresentadas 568 emendas.
05/10/2016	Instalação e início de funcionamento da Comissão Mista, que definiu o mês de novembro para realização de audiências públicas.	Composição da Comissão: Presidente: Dep. Izalci Lucas (PSDB/DF. Autor do PL 897/2015, sobre "Escola sem Partido") ; Vice: Sen. Elmano Ferrer (PTB/PI); Relator: Sen. Pedro Chaves (PSC/MS); Revisor: Dep. Wilson Filho (PTB/PB. Este é autor do PL 6840/2013, sobre Reforma de Ensino Médio)
01, 08, 09, 16, 22, 23, 24 e 28/11/2016	Audiências públicas sobre o assunto, com vários convidados propostos pelos parlamentares.	Na audiência do dia 28/11 estão previstas as presenças dos atuais Ministros do Planejamento Dyogo Oliveira e da Educação José Mendonça Filho, e dos ex-ministros de Educação Renato Janine, Aloízio Mercadante e Fernando Haddad.
21/11/2016	Encerra-se o primeiro período de 60 dias de vigência da MP.	Tendo em vista o pedido de parlamentares, decidiu-se, em 16/11/2016 ,prorrogar o prazo para as discussões.
02/03/2017*	Data limite, quando a MP poderá perder a eficácia.	* Foram descontados os recessos dos parlamentares.

Fontes: ANPED, SINASEFE (DN), ANDES-SN, Senado Federal, Agência de Notícias do Congresso, entre outras.

Reforma do Ensino Médio – Medida Provisória 746/2016

Precisamos falar mais sobre esse assunto • • • • • • • • • • • •

(Profª Teresa Ventura – CPII/SCI)

A MP 746/2016 produz muitas alterações nas Leis nº 9.394/1996 (LDB) e nº 11.494 (Lei que regula o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Essa MP fragiliza o princípio do Ensino Médio como direito de todo cidadão a uma formação plena para a cidadania e o trabalho, abre canais para a mercantilização da escola pública e evidencia a face mais perversa do golpe contra a sociedade brasileira, os estudantes, a escola pública e seus profissionais.

Ao fazer a crítica à dita reforma (ou *'contrarreforma'*, como alguns estão chamando), não estamos afirmando que o atual ensino médio (assim como as demais etapas do ensino) não necessitem de mudanças, mas publicar alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) por meio de Medida Provisória revela o caráter antidemocrático do Governo e da própria reforma em curso. Alguns convidados para as audiências públicas no Congresso consideram a proposta um retrocesso, por não abordar os verdadeiros problemas do nível médio da educação brasileira e pediram a retirada dessa MP pelo governo federal.

A medida pretende resolver os problemas do Ensino Médio com a reorganização do currículo escolar, desconhecendo (ou fingindo desconhecer) a precariedade da rede de escolas existentes, as atuais condições de formação e trabalho docente, os interesses dos jovens e a necessidade de formação básica comum e de qualidade, a necessidade de ampliação de recursos financeiros para investimentos e custeio da rede de escolas, bem como de fomento a ações de assistência estudantil, entre outras.

A proposta de Temer para o Ensino Médio retrocede em vários pontos ao tipo de concepção educacional que vigorou nos tristes anos da Ditadura Militar. Aponta para uma formação cada vez mais aligeirada e comprometida com as exigências do mercado que impõe regras para atender as suas necessidades, afastando as possibilidades de formação de cidadãos plenos, críticos e autônomos. A educação deixa de ser um serviço social para promoção da inserção social para caminhar no seu contrário, um mecanismo de manutenção e consolidação da estratificação social. Deve-se lembrar que essa reforma tem ligação direta com o PLP 257/2016 (atual PLC 54/2016), a PEC 241/2016 (atual PEC 55/2016), o PLS 204/2016, que tentam diminuir os investimentos nos serviços públicos, e com os PLs "Escola sem Partido", com as propostas de flexibilização da CLT e de reforma da previdência social. Segue a lógica de que o ajuste fiscal presente nessas propostas deve chegar também à escola pública, para os filhos da classe trabalhadora.

Ao apoiar-se na ideia de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a MP 746 coloca o conceito de "itinerários formativos" como forma de organização curricular. As escolas organizariam áreas de conhecimento ou de atuação profissional (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica/profissional), pelas quais os estudantes optariam. Ou seja, além apresentar uma proposta muito pouco difundida entre estudantes e profissionais da educação, a MP também baseia-se em algo ainda não totalmente definido – a BNCC.

O fatiamento do currículo em cinco ênfases ou 'itinerários formativos' implica na negação do direito a uma formação básica comum aos estudantes do Ensino Médio – na maioria, adolescentes entre 15 e 17 anos. Deixar que estes optem por qual parte do currículo lhes interessa não seria um cinismo covarde ou um descompromisso geracional?

Além disso, a medida resultará no reforço das desigualdades de oportunidades educacionais, já que serão as redes de ensino a decidir quais itinerários poderão ser cursados.

Segundo alguns pareceres apresentados nas audiências públicas, "o modelo de turno integral idealizado pela MP é o de uma "aula de reforço", em que os estudantes não desenvolvem atividades novas, apenas tem mais aulas de disciplinas convencionais, como português e matemática para irem bem no exame do IDEB, que mede o desempenho das escolas.

Extensão do direito a RSC para os docentes aposentados • • • • • •

O RSC – Reconhecimentos de Saberes e Competências – é um mecanismo legal, criado pela Lei nº 12.772/2012, que permite aos docentes do Ensino Básico a percepção de Retribuição de Titulação (RT) equivalente à Especialização, Mestrado e Doutorado, mesmo para aqueles que não realizaram os referidos cursos (Para saber mais, procure a Resolução CONSUP/CPII nº 35/2014, no sítio eletrônico do CPII).

Segundo novo entendimento jurídico divulgado pelo SINASEFE, esse direito é também extensivo aos docentes aposentados antes da vigência dessa Lei, desde que tenham ingressado no serviço público antes de 2003 e tenham se aposentado com direito à integralidade e paridade de proventos, conforme Emendas Constitucionais nº 41/2003 e 47/2005.

Por outro lado, todo professor que esteja na inatividade, mas tenha optado em aposentar-se pelas regras da aposentadoria proporcional, ou tenha sido aposentado compulsoriamente pela Administração com proventos proporcionais, ou ainda tenha sido aposentado por invalidez com valores proporcionais ao tempo de serviço, ou por fim, entrado no serviço público posteriormente a 2003, não tem direito à paridade e, portanto, não tem direito ao RSC.

O direito ao RSC não é automático e ainda passará por maior definição jurídica, mas convém fazer logo esse requerimento no Protocolo Geral do CPII. O processo para requerer RSC seguirá as mesmas regras dos docentes em atividade e exige a organização de relatório e documentos comprobatórios.

PARA MELHOR SABER COMO REQUERER O RSC, COMPAREÇA À REUNIÃO NA ADCPII:

Dia 09/12/16 (sexta), às 10h.

Sugere-se trazer para essa reunião cópia do último contracheque, para conferir classe/nível do Plano de Carreira na qual se aposentou.

O Colégio Pedro II é uma instituição com 179 anos de existência que desenvolve um trabalho de reconhecida qualidade na formação de crianças e jovens. Ultimamente, vem sofrendo diversos ataques à sua imagem e também de seus servidores. Estranhamos muito esses ataques veiculados na mídia, que publica notícias sem o devido rigor na apuração dos fatos e acolhe denúncias falsas que em nada contribuem para a melhoria da qualidade da educação ofertada, apenas fragilizando a imagem do colégio. A quem interessa essa desqualificação?

Vivemos um momento político conturbado, em que direitos básicos como educação, saúde e aposentadoria estão em risco por causa da possibilidade de ter os investimentos públicos congelados por 20 anos. Além disso, há uma forte tendência a reformularem a CLT, ameaçando direitos essenciais para o trabalhador. Por isso, não podemos ficar parados! Precisamos rearfirmar que nós, que lutamos sempre de forma incansável por uma educação pública laica, plural, efetivamente gratuita e de qualidade para todos, é que somos responsáveis pelo movimento **#EuDefendoOCPII**.

O grupo do movimento criado no facebook já conta com quase 7 mil membros e incontáveis relatos de experiências e memórias vividas nesta instituição. Formado por servidores, responsáveis, estudantes e ex-sempre alunos (as), o grupo organizou diversos eventos de abraços simbólicos aos campi, numa clara demonstração de apoio e reconhecimento ao valor do Colégio que fez e faz diferença na vida de muitas e diferentes pessoas.

Convidamos vocês a entrarem nesta onda amorosa e declararem apoio a esta luta em favor do Colégio Pedro II! Ao Pedro II TUDO!!!